

# Humanos e grades: usos da Praça da República em Campos dos Goytacazes<sup>1</sup>

ANDRÉ LUIZ MONTEIRO PEREIRA<sup>2</sup>

JUSSARA FREIRE<sup>3</sup>

Grupo de Trabalho 4: A produção da cidade, Agentes e Ações da Periferia

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as primeiras contribuições sobre os efeitos do gradeamento em um espaço público em Campos dos Goytacazes, uma cidade média brasileira, resultantes de uma pesquisa que ainda encontra-se em andamento. O objeto da pesquisa abrange os diferentes sentidos desta grade conferidos por usuários, vizinhos, planejadores e vigilantes da praça. Propomos como objetivo geral da pesquisa mapear os diversos usos da praça, bem como as tensões e conflitos que emergem nesta área, articulando estas dimensões com as grades que a cercam. Neste trabalho, a grade será apreendida como um não-humano que equipa o ambiente e tem nele certa agência. Logo, trata-se de analisar como esta orienta as interações entre usuários da praça e de seus alicerces, ou ainda, entre usuários e o espaço. A metodologia da pesquisa se fundamenta nas técnicas da análise documental da praça (arquivos escritos, visuais, audiovisuais, mapas...), observação *in situ* (incluindo conversas com usuários, descrição dos fluxos e movimentos de circulação, usos), *survey* e dados socioeconômicos.

**Palavras chaves:** Campos dos Goytacazes; Cidades médias, Espaço público; Gradeamento

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo, com o título “Os efeitos do gradeamento em um espaço público urbano de Campos dos Goytacazes, uma cidade média no interior do Rio de Janeiro” foi apresentada na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul - RAM, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, no ano de 2019 na cidade de Porto Alegre - RS. Com o financiamento de recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

<sup>2</sup> Licenciado em Geografia (2016) e Especialista em Arquitetura da Cidade: suas demandas e tecnologias (2019) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Mestrando em Desenvolvimento Regional Ambiente e Políticas Públicas, pela Universidade Federal Fluminense. Endereço eletrônico: montreira@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduada em Sociologia – *Université Paris X*, Nanterre (1998). Mestra em Sociologia - *Université Paris X*, Nanterre (1999) e Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2005) com estágio de doutoramento (bolsa sanduíche) na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as primeiras contribuições sobre os efeitos do gradeamento em um espaço público em Campos dos Goytacazes, uma cidade média brasileira, resultantes de uma pesquisa que ainda encontra-se em andamento. A pesquisa é um desdobramento de um estudo realizado no curso de Pós-graduação *Lato sensu* em “Arquitetura da Cidade: suas demandas e tecnologias” do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

A Praça da República, objeto do presente estudo, encontra-se em Campos dos Goytacazes, uma cidade brasileira média (apresentada na próxima sessão) localizada no interior do estado do Rio de Janeiro. A representação desta área da cidade é fortemente associada à insegurança, à sujeira e à presença de uma população em situação de rua pelos moradores do bairro. Na primeira pesquisa, intitulada “*A praça é mesmo nossa? Impactos de gradeamento em um espaço público em Campos dos Goytacazes-RJ*”, orientada por Silvana Monteiro de Castro Carneiro, o objetivo geral era de analisar os efeitos do gradeamento da praça no que diz respeito à sensação de (in)segurança de seus usuários e da população que circula no seu entorno. Na pesquisa atual, a ênfase é dada à relação entre dispositivos, equipamentos urbanos e hospitalidade ou hostilidade urbana.

Já na primeira pesquisa, queria analisar os tipos de percepções de usuários<sup>4</sup> e transeuntes da praça em relação às grades que cercam esse espaço público urbano, como objetivo de analisar se as barreiras físicas (as grades) e as visuais (quiosques existentes entre a calçada e a praça) estariam atuando como instrumentos repulsivos, influenciando a evitação do uso desta área, ou ainda, alguns de seus usos. Atualmente, exploramos novos desdobramentos da primeira pesquisa no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas - PPGDAP, da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação de Jussara Freire. Analisamos o mesmo espaço público, porém a partir de questões não solucionadas que emergiram na pesquisa anterior. A praça estudada, a Praça da República, apresenta a particularidade de ser um dos poucos espaços públicos da cidade muito arborizado, o que poderia privilegiar uma hospitalidade urbana densa.

---

<sup>4</sup> Nessa pesquisa, os frequentadores dos espaços públicos urbanos são considerados como "usuário", pessoas que realizam diferentes atividades e usos nesses espaços da cidade.

Figura 01: Arborização da Praça da República.



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

A vegetação densa do lugar poderia ser tida como convite para passeios de transeuntes, *flâneurs* e pedestres. No entanto, apesar destas características, esta praça é particularmente pouco frequentada senão francamente evitada. Poucas pessoas ousam ultrapassar as grades e permanecer neste lugar.

O problema da pesquisa se volta para os efeitos de uma forma de planejamento urbano em uma cidade média, também frequente em muitas cidades brasileiras: o cercamento de espaço público urbano como modo de “prevenir a violência urbana”. Desta forma, propomos problematizar como estas políticas geram consequências no que diz respeito à sociabilidade (ou sua evitação) de uma área moral central. Trata-se de compreender como estes tipos de “planos” se apresentam como modalidade de política urbana e impacta diretamente na configuração social e moral dos espaços e de suas sociabilidades.

De um lado, procuramos descrever e interpretar como estes dispositivos reconfiguram o ambiente e reorientam as interações entre os usuários, a praça e áreas de vizinhança. Por outro, ainda procuramos analisar como eles afetam os pressupostos de hospitalidades que caracterizariam, a princípio, uma definição genérica de espaço público urbano. Dessa forma, o problema da pesquisa é o do traçado de contornos de áreas morais tidas como hostis e perigosas para a livre circulação.

Inspirando-nos nas *sciences studies*, propomos como objetivo geral mapear as interações, tensões e conflitos entre grades (não humanos) e usuários da Praça da República. Cabe ressaltar que este artigo é fruto de uma pesquisa que encontra-se em andamento. Dessa forma, o que apresentamos aqui são as reflexões teóricas

realizadas até o momento e que irão embasar e auxiliar a pesquisa de campo a ser realizada.

A pesquisa se fundamenta nas técnicas da análise documental da praça (arquivos escritos, visuais, audiovisuais, mapas...), na observação *in situ* (incluindo conversas com usuários da praça e/ou vizinhos, descrição interpretativa dos fluxos e movimentos de circulação, usos), na técnica de *survey* e análise de dados socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Retomando o material empírico levantado por mim, durante a pesquisa realizada no curso de Pós-graduação *Lato sensu* em “Arquitetura da Cidade: suas demandas e tecnologias”, e aprofundado a observação de situações nestes espaços, procuramos agora descrever e interpretar especificamente os diferentes sentidos das grades em um espaço público de uma cidade média possível, as ressignificações dos seus usos, bem como os entraves de acessibilidade a um espaço público urbano, bem como a hostilidade gerada por esta fronteira.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO: A CIDADE E A PRAÇA

A cidade de Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro está localizada na região Norte Fluminense, possui de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, área de 4032,435 km<sup>2</sup> (maior do município com área territorial), com 463.731 habitantes segundo dados do CENSO de 2010, com estimativas de 503.424 para o ano de 2018. A cidade é localizada a 275 km da capital fluminense, 242 km da cidade de Vitória e 476 km da cidade de Belo Horizonte. O município é atravessado pela rodovia federal BR 101 – eixo norte/sul – e pela rodovia BR 356 – eixo leste/oeste –.

Figura 02: Localização do Município de Campos dos Goytacazes.



Fonte: PEREIRA, André. A praça é mesmo nossa? Impactos de gradeamento em um espaço público de Campos dos Goytacazes – RJ, 2019.

Campos dos Goytacazes é ainda uma cidade universitária com três instituições públicas de ensino superior: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF.

A Praça da República é situada ao lado da “rodoviária antiga de Campos”, próximo ao camelódromo e ao mercado municipal, em uma área do centro da cidade particularmente frequentada. Segundo Souza (2014) o local onde a praça foi estabelecida era denominado de Cercado de São Francisco. A área na qual se localiza a Praça da República foi uma doação da Ordem Terceira de São Francisco a Câmara Municipal, e posteriormente, a mesma resolveu ampliar o espaço da praça, através de aquisição de terrenos. Souza (*op. cit.*) complementa que em 30 de março de 1847, a Câmara projetou uma praça no Cercado de São Francisco cujo nome seria “Praça do Imperador”. A Câmara Municipal é encarregada de realizar a construção e abrir acesso s que viabilizam a criação da praça.

Segundo Feydit (1979), a praça foi aberta em 1851. Souza (*op. cit.*) afirma que ela foi inaugurada em 1863 após a Ordem de São Francisco solicitar a Câmara a abertura das ruas do Sacramento (prolongamento) e Imperatriz em seus terrenos que seriam doados. Inicialmente era limitada pelas atuais ruas Siqueira Campos, Lacerda Sobrinho, Saldanha Marinho e Avenida José Alves de Azevedo. Após a instauração da República, no ano de 1890 que seu atual nome a foi conferida.

Figura 03: Croqui de parte da urbe campista, com destaque para a Praça da República. Sem data específica.



Fonte: ALVES, Heloiza de Cacia Manhães. A elite local e a modernização urbana em Campos dos Goytacazes: um projeto político 1930-50, 2013.

De acordo com Souza (2014), o projeto arquitetônico e urbanístico da praça era caracterizado por majestosas palmeiras imperiais, uma densa arborização e um



ponto de observação do Canal. Dessa forma, pode-se observar que a praça foi projetada desde este período como um espaço aberto, de livre circulação e de passeio. Tudo indica que foi planejada neste espírito de cidade “moderna” da época com praças arborizadas abertas, em centros urbanos, como se fossem vitrines da cidade que mostra e permite ver os seus moradores e frequentadores. Em outros termos, a praça não tinha grades. Havia nela um edifício de arquitetura que destoava com o estilo deste espaço público, o da Escola Maternal.

Segundo Waldir Carvalho (1991), a Escola Maternal era uma instituição assistencialista e foi edificada na Praça da República pelo então Presidente do Estado, Dr. Feliciano Sodré. A escola foi inaugurada com o nome de “Hortência Sodré” em homenagem à esposa do presidente e, em seguida, foi denominada Grupo Escolar Mariana Barreto. Atualmente o prédio situado no centro da praça é ocupado pelo Centro de Estudos Supletivos - CES, vinculado ao governo do estado do Rio de Janeiro (*op. cit.*).

Figura 04: Praça da República apresentada na Planta cadastral da cidade de Campos em 1944. No centro da antiga praça nota-se a presença da Casa Maternal Hortência Sodré, atual Centro de Estudos Supletivos.



Fonte: MENDONÇA, Arlindo Manhães; CASTRO, Flávio Brum de; SILVA, João Vitor Marques da. Projeto de Sinalização da Praça da República, 2014.

De acordo com Paes (2006), o primeiro melhoramento urbano ocorreu em 1828 e, em 1837, o engenheiro Luiz Niemayer Bellegard elaborou uma planta urbanística da região central da cidade. Além da planta urbanística de Bellegard, nota-se a existência de várias outras: por exemplo, o plano de aformoseamento de Amélio Pralon de 1842; o plano de melhoramentos sanitários de Saturnino Brito de 1902; o plano de embelezamento da cidade de Campos de Oliveira Botelho, de 1907; ou ainda, o plano urbanístico de Coimbra Bueno, de 1944 cuja finalidade era a

expansão de vias e abertura de novos logradouros e aformoseamento de espaços públicos como a Praça da República.

Com a inauguração da Rodoviária Roberto Silveira, no dia 28 de março de 1962, a Praça da República sofreu novas alterações. Parte do seu espaço foi utilizado para a construção da rodoviária, obstruindo e encerrando o acesso à praça pela atual Avenida José Alves de Azevedo.

Atualmente a praça está localizada entre a Rodoviária Roberto Silveira e as ruas Lacerda Sobrinho, Saldanha Marinho e Siqueira Campos no centro da cidade.

Como pode-se observar, do período que correspondia ao higienismo até o século XX, a estética da cidade por meio de diferentes tipos de intervenções urbanas nas praças representava uma inquietação central. Ao longo deste período, o investimento nesta e na outra praça central de Campos (a praça São Salvador) é expressivo das formas segundo as quais foram ressignificadas – as disputas entre grandes capitais nacionais e internacionais (Buenos Aires e Rio de Janeiro, por exemplo) em médias cidades brasileiras; - ou ainda, as práticas higienistas ou outras políticas urbanas que diferiam sensivelmente - em tamanho e formas estéticas de planejar a cidade - daquelas de grandes capitais como o Rio de Janeiro; - As problematizações da “cidade moderna” com espaços públicos urbanos. Mesmo havendo um claro processo de imitação da grande cidade em relação aos modos de planejar a média cidade, a trajetória desta praça aponta para ressignificações (uma escola na praça, ordenamentos espaciais e morais, equipamentos urbanos e vegetação, etc.) que, ao mesmo tempo, se aproximam e diferem dos modos de planejar grandes centros urbanos.

A partir do período em que se avizinha à rodoviária, a praça até então investida como local de “aformoseamento” e “modernização” da cidade de Campos dos Goytacazes se tornou um território desqualificado (PRYEN, 2009). Tornou-se uma área de rodoviária e de passagem, com novos fluxos de circulação e transeuntes anônimos. Atualmente a praça possui área de 1800 m<sup>2</sup> segundo dados do Centro de Informações e dados de Campos – CIDAC.

Ainda assim, a praça é aberta ao público das 8h às 22h, período durante o qual há uma importante circulação em seu entorno. Todavia, como observei, o fluxo abundante de pessoas fora da praça destoa com o movimento escasso em seu interior.

A última reforma realizada pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes na Praça da República foi concluída em 2009. Foram concluídas neste período uma série de obras que mudaram a paisagem da região central da cidade (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2013, *online*). Paralelamente, a área ainda passou a ser apropriada por prostitutas e usuários de drogas, o que contribuiu para a mudança de imagem, construída paulatinamente como negativa e insegura, do ponto de vista dos moradores e frequentadores do bairro.

Esse espaço público é representado na cidade como o lugar das pessoas à margem, ao contrário de locais cartões-postais (como o Jardim São Benedito, Praça Barão do Rio Branco, mais conhecido como Jardim do Liceu), e logo o ambiente a ser evitado na cidade.

Paralelamente, a construção de quiosques em volta da praça realçou mais ainda a sensação de barreiras físicas e visuais entre a parte interna e externa da praça. Segundo meus interlocutores, este seria outro motivo de esvaziamento da praça.

### **3. RECORTE TEÓRICO-CONCEITUAL**

Com o objetivo de apresentar o complexo de problemas que serão tratados nessa pesquisa, apresento brevemente o conceito de espaço público e as dimensões acionadas para discutir a pesquisa acessibilidade, circulação, hospitalidade, espaços públicos hostis e as relações entre humanos e não humanos.

#### **3.1 Espaço público**

Vários estudos nos permitem pensar nos espaços públicos urbanos. Trabalhos como de FILHO (2007)<sup>5</sup>; MELLO (2017)<sup>6</sup>; SERPA (2018)<sup>7</sup> etc, que por ser um tema interdisciplinar, as diversas disciplinas – seja a Arquitetura, Geografia, Sociologia etc – apresentam suas reflexões e contribuições

Em leituras ao trabalho de George H. Mead (2010), esse autor considera que o espaço público não é apenas situado ‘lugar’, mas trata-se da experimentação de um espaço e um tempo dado, com isso podemos compreender que não podemos reduzir a ideia de espaço público a uma forma abstrata e normativa. Sobre esse ponto, Isaac Joseph aponta que:

---

<sup>5</sup> FILHO, Antonio Colchete. **Praça XV: projetos do espaço público**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.

<sup>6</sup> MELLO, Marco Antonio da Silva. **Quando a rua vira casa**. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 4 ed. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

<sup>7</sup> SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2018.



O que é preparado em uma ação é tanto seu lugar como seu momento, e uma atividade social é situada tanto por sua temporalidade quanto por sua inserção espacial: ela constrói sua narratividade e a dramatiza, enquanto seu desenvolvimento num espaço constrói sua exposição e sua encenação (JOSEPH, 2004, p. 77-78).

Neste trabalho, Mead é autor importante, pois como Dewey, enfatiza que o público remete antes de mais nada a uma experiência. Dessa forma, neste trabalho retomamos os pressupostos do espaço público como um local de socialização, de uma determinada identidade social e de apresentação de si ou do *self*.

O *self* é algo que passa por um desenvolvimento [...] decorre do processo das experiências e atividades sociais, ou seja, desenvolve-se num indivíduo em resultado de suas relações com esse processo como um todo e com outros indivíduos dentro desse mesmo processo (MEAD, 2010, p.151).

Em outras palavras, o público é uma experiência de exposição, ou como diria Goffman, uma relação de face a face que envolve situações em que devemos preservar nossas *fachadas*<sup>8</sup>. Um espaço público urbano é, neste sentido, uma situação, um momento e lugar que encena relações em público.

Relendo Robert E. Park, Carlier (2018) afirma que a qualidade dos espaços públicos é avaliada através de seu reconhecimento de pluralidade de perspectivas, ou seja, a capacidade de ser um ambiente acolhedor, de dar voz a todos os habitantes sem fazer distinção a fim de mediar a tensão entre seu fechamento ou abertura.

Paralelamente, Robert E. Park apresenta a cidade como um mosaico e um universo pluralista. Sobre este ponto, Isaac Joseph destaca:

No paradigma pragmático de um “universo pluralista”, o espaço da ação só pode ser descrito como um espaço problemático, feito de explorações e transações, de justificações e reparações. Nesse espaço, as características do ator individual são: dividir-se segundo os “subuniversos” em que se envolve pela atividade que exerce e ser uma categoria do público, uma posição no espaço público (JOSEPH, 2004, p.78).

Park em ‘A cidade como laboratório social’ aponta que: “uma vez que foi na cidade que surgiu o problema político, ou seja, o problema do controle social é na cidade que o problema deve ser estudado” (PARK, 2018, p.9).

Em uma breve leitura a Isaac Joseph, o autor assinala que:

[...] o que se chamava cidade-mosaico, fórmula que convém à cidade densa, ou o que hoje chamamos de cidade-arquipélago e lembra a cidade dos fluxos e da expansão urbana. A metáfora do mosaico diz que a cidade é feita de peças encaixadas e justapostas, de populações “estrangeiras” ao

---

<sup>8</sup> Goffman (1985) afirma que: “fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” In: GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes. 1985.

lugar em que residem. Essa metáfora corresponde não só a uma realidade histórica limitada (a cidade americana), mas a uma filosofia e a uma visão de mundo (JOSEPH, 2004, p. 86).

Wirth (1967) vai dar ênfase na ideia de urbanismo como modo de vida, para justamente aludir ao papel da cidade não apenas como local de habitação, mas pela pluralidade de atividades que pressupõe as ações também das pessoas que estão nela. O que significa que a cidade não pode ser apenas considerada como um lugar de habitação, mas que, envolve um conjunto de atitudes e funções características da cidade. No qual, ela também envolve outras dimensões - como as econômicas em particular - que pressupõem um conjunto de atividades que orienta as atitudes e ações dos cidadãos.

Joseph aponta que:

[...] a cidade ofereça mais do que comodidades ou do que somente a “indiferença civil” devida ao simples transeunte. A verdade é que, nessa metrópole e nessa mesma época, uma nova laicidade é elaborada. A cidade acolhedora ou acessível seria a que combina os recursos (espaços e serviços) da comodidade com as condições (políticas e culturais) de emergência da laicidade (JOSEPH, 2004, p.81).

Segundo Goffman, a ordem pública se refere às “normas que sustentam a ordem pública, segundo a definição tradicional deste termo, regulam não apenas a interação face a face, mas também assuntos que não requerem necessariamente contato imediato entre pessoas” (GOFFMAN, 2010 p. 18-19).

Ainda Goffman destaca que os lugares públicos proporcionam o encontro entre os indivíduos, mesmo que estes não se conheçam, mas que compartilham regras sociais que orientam uma interação social. Cabe salientar que: “tradicionalmente, “lugares públicos” se referem a quaisquer regiões numa comunidade de livre acesso aos membros dessa comunidade [...]” (GOFFMAN, 2010 p. 19, grifo nosso).

Dessa forma, os lugares públicos são ambientes férteis, particularmente em cidades grandes, de interações entre estranhos particularmente regradas. Por exemplo, Goffman assinala como a desatenção civil, fingir que não vemos o outro, pode ser analisado como modalidade de desatenção atenta em alguns contextos norte-americanos estudados pelo autor.

Dessa forma, no meu estudo, darei uma atenção central aos tipos de sociabilidade característicos do contexto em análise (aqueles que ocorrem dentro e fora da praça) e aos quadros que conformam essas interações.

### **3.2 Acessibilidade, circulação e hospitalidade**

Relendo Immanuel Kant, Zagalo (2006) observa que a hospitalidade universal é encarada como condição da paz constante entre todos os homens e também como um direito natural (portanto inalienável). Seguindo uma herança teológica secularizada, Kant pensa que ninguém pode ser excluído da partilha da terra familiar, sob pena de constante briga. Ao contrário da abordagem sobre a hospitalidade em Kant, para Jacques Derrida, o direito natural e típico da terra, e por sua vez direito a hospitalidade, é entendido unicamente como direito de visitante nunca como direito de residência, ou seja, o homem pode ir onde quiser no globo terrestre, mas não o garantido direito de moradia e habitação.

Contextualizando os fragmentos desses dois autores, a grosso modo, fica nítido que enquanto Kant apresenta a hospitalidade como um direito de todos, e por ser de todos ninguém pode ser excluído dela, para Derrida existem duas condições e que de certo ponto, fica claro o critério de exclusão.

Como procuro apresentar, uma característica dos espaços públicos é a livre circulação, que remete, pelo menos em princípio, ao direito de ir e vir. Segundo Louise Carlier<sup>9</sup>

*L'espace public serait le lieu de croisement des citadins, ou plus rigoureusement de passant qui, étrangers l'un à l'autre, régularient leur coprésence en maintenant une distance dans la relation (CARLIER, 2018 p.1).*

Segundo Goffman (2010, p.19): “tradicionalmente, ‘lugares públicos’ se referem a quaisquer regiões numa comunidade de livre acesso aos membros dessa comunidade; ‘lugares privados’ referem-se a regiões à prova de som onde apenas membros ou convidados se juntam”.

Ainda segundo Joseph (2004), o ato de pensar na cidade não é somente pensar na relação da sociedade como um bairro, mas sim estudar todo o processo de formação urbanística e os serviços que compõe a fim de torná-lo um espaço que seja mais acolhedor.

Os espaços públicos têm como finalidade promover encontros, circulação de pessoas e permitir momentos de lazer para determinada comunidade, no entanto para que isto efetivamente ocorra é necessário que os mesmos sejam abertos para toda a comunidade sem diferenciação, seja pela classe social, etnia ou credo.

---

<sup>9</sup> Cabe aqui apresentarmos que o lugar de fala da autora é em um contexto de uma grande cidade francesa.

Espaços esses que foram e continuam sendo cenários de grandes mudanças na sociedade ao longo da história.

Falar de cidade acolhedora e hospitaleira é falar do lugar feito para si e para o outro. De início, corresponde a questões relativas ao uso e apropriação do espaço, mais particularmente, do espaço público, que é, por definição, um espaço aberto para o uso de todos e construído para esse fim (GRINOVER, 2019, p.225).

Neste trabalho, uma associação entre a hospitalidade com os espaços públicos urbanos deve ser aprofundada. Segundo Joseph (1998, p.93 *apud* CARLIER, 2018, p.4) “« do ponto de vista espacial, a qualidade essencial do espaço público é a acessibilidade: [acessibilidade] pressupõe apenas, como a hospitalidade universal de Kant, um “direito de visita” e leva à naturalização da experiência de intrusão »”.

Certamente, quando pensa-se em hospitalidade, podemos associá-la como uma relação humana apoiada em ações recíprocas entre pessoas – aquele(s) que recebe(m) e o(s) que são recebidos. Refletindo sobre esse pensamento pretendo relacionar esta dimensão aos espaços públicos urbanos, pois são nesses espaços que existe uma grande potencialidade de comunicação, encontros e trocas entre os sujeitos.

#### Segundo Grinover

A hospitalidade, de acordo com os já clássicos estudiosos do assunto, implica a ultrapassagem de um espaço e a implantação de um ritual de acolhimento. Acolher o outro significa, então, aceitá-lo e recebê-lo no lugar onde nos encontramos: na nossa casa, na nossa cidade, colocando à disposição do outro o melhor de nós: o melhor do que possuímos como Anfitriões. [...] A prática da hospitalidade na cidade está condicionada pelas infra-estruturas presentes e suas normas de utilização. O entorno vivido é lugar de trocas, enquanto matriz de um processo de hospitalidade (GRINOVER, 2009, P.06).

Dessa forma "a reserva" ou atitude *blasée* (Simmel, 2004a *apud* CARLIER, 2018, p.04) pode ser analisada como uma forma urbana de hospitalidade, pois ela representa uma “autopreservação em face à cidade grande [que] exige dele [o cidadão] um comportamento de natureza social não menos negativa” (SIMMEL, 1973, p.17).

Todas essas reflexões apresentadas sobre acessibilidade, circulação e hospitalidade, destacadas acima, me possibilita refletir como a Praça da República se contorna como um ambiente urbano de evitação. Pois pensar que esse espaço público inserido ao contexto urbano brasileiro, que se apresenta por vezes como o

‘país do homem cordial<sup>10</sup>’ e ao mesmo tempo como o local da prática do ‘você sabe com quem tá falando?’<sup>11</sup>, a hospitalidade em espaços públicos configura-se como um ponto de conflito, já que ela não se coloca em prática.

### **3.3 Espaços públicos hostis**

Nessa pesquisa, a hospitalidade e seu par a hostilidade (detalhado abaixo) serão problematizados como valores de abertura e fechamento de espaços públicos urbanos que orientam as coordenações dos usuários e seus comportamentos. Assim, a hospitalidade permite guiar as situações em espaços públicos urbanos propiciam um bem-estar, uma circulação livre e fácil, um conforto auditivo ou visual, uma sensação de segurança, etc.

A hospitalidade urbana efetiva-se quando o espaço público, visto como o lugar de acessibilidade, garante aos seus usuários e visitantes o direito de uso, circulação e permanência. Quando a cidade perde o sentido de lugar dos encontros, a rejeição aos espaços públicos como o lugar das pessoas, metamorfoseando-se em espaços hostis, afeta diretamente a maneira de como estamos vivendo em nossas cidades. Pois a perda dos encontros em espaços públicos como as ruas, praças, jardins e *boulevards* contribuem para o rompimento das relações na cidade. Joseph aponta que:

[...] discursos de ordenação que desprezam a rua no que ela tem de comum e de corriqueiro, discursos do direito à cidade presos à questão da moradia, discursos da solidariedade que retomam o que haviam expulsado: as famílias, as famílias “pesadas” ou famílias “de risco”, enfim, famílias “culpáveis”. O esquecimento da rua vai de par com o esquecimento do pedestre. Contudo, é notável que o pedestre volte ao centro dos debates atuais. Ele é a figura concreta e simbólica da densidade metropolitana, bem como dos espaços de proximidade (JOSEPH, 2004, p.80).

Para Gehl (2013, p.3), esse tipo de situação afeta diretamente os espaços públicos, pois torna “a dimensão humana – esquecida, negligenciada, progressivamente eliminada”. O autor assinala ainda que:

Por décadas, a dimensão humana tem sido um tópico do planejamento urbano esquecido e tratado a esmo, enquanto várias outras questões ganham mais força, como a acomodação do vertiginoso aumento do tráfego de automóveis. Além disso, as ideologias de planejamento - em especial, o modernismo – deram baixa prioridade ao espaço público, às áreas de

---

<sup>10</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. O homem cordial. In: \_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>11</sup> DA MATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

pedestres e ao papel do espaço urbano como local de encontro dos moradores da cidade (GEHL, 2013, p.3).

Dessa foram, pretendo analisar os usos do espaço público a partir das características que este pode propiciar para acolher ou repelir encontros. No caso desta praça, analiso em particular como o ambiente se modifica de modo a ser tornar inospitaleiro. Dessa forma, compreender as alterações sofridas pela praça ao longo do tempo permite descrever e interpretar as transformações do ambiente e as maneiras segundo as quais de um lugar acolhedor, o bairro se transforma em uma área rodoviária hostil ao pedestre *flâneur*.

Leitão (2005 p.02) ao contextualizar a questão do espaço público brasileiro, aponta que: “[...] o modo como se organizou a vida urbana no Brasil produziu, espacial e psiquicamente, um ambiente urbanístico de exclusão, claramente hostil”.

A Praça da República pode ser entendida também como um espaço de pluralidades de sentidos que são conferidos a ela. Os sentidos irão depender de quais agentes estão tendo visibilidade. Um exemplo é o da experiência do espaço por prostitutas ou usuários de drogas, para esses a Praça da República converteu-se em um espaço hospitaleiro para as suas práticas, enquanto para outros, este local configura-se em uma área marcada pela hostilidade, apresentada através da negação deste espaço público com a desertificação de seu interior – como apresentado anteriormente na figura 1 –.

A presente sessão é uma reflexão de como os espaços públicos hostis são situados, independentemente dos seus espaços. As interpretações dos intelectuais sobre a hostilidade e hospitalidade dos espaços públicos urbanos me permitem discernir algumas percepções que posso encontrar durante as observações em campo.

### **3.4 A comunicação entre os sujeitos e as coisas/objetos na vida cotidiana**

A princípio e em alguns contextos nacionais, os espaços públicos são locais de livre circulação dos sujeitos, em outras palavras, espaços acessíveis a todos, sem restrição, porém a realidade que nossas cidades apresentam é o contrário, pois em nosso dia a dia o mais comum é encontrar espaços em que a acessibilidade/livre circulação é prejudicada pela presença de dispositivos de controle de acesso. Partindo desse ponto de vista, quais controvérsias a presença de uma grade produz sobre o que seria o espaço público? Segundo Isaac Joseph:



[...] é o espaço de mobilidade que a política dos bairros negligenciaram muito, chegando a estimular um sentimento de pertencimento e de práticas de apropriação que acabaram por ser mostrar contraproducentes e constituir “zonas de não-direito”, isto é, territórios de direitos costumeiro que estão na contramão dos movimentos de urbanidade ou do ideal de acessibilidade com que as cidades se mantêm (JOSEPH, 2004, p.79).

Ao restringir o acesso através de um objeto não humano, ofende-se diretamente o princípio básico de um espaço público urbano.

A problemática entre a relação entre o objeto não humano e o lugar, pode oferecer um pressuposto de negatividade da presença da grade no espaço público. Essa negatividade no sentido do espaço público está sempre carente de estrutura, a leitura do público está sempre em falta. Porém, aqui cabe uma reflexão sobre sua pluralidade de percepções, em outras palavras, quais são os atores que estão falando sobre ela e quais os conflitos de lógicas da praça?

Se refletirmos as grades sobre o olhar de pais com seus filhos, a grade poderia ser percebida como um corpo que contém as crianças em seu interior, protegendo-as dos perigos existentes nas ruas. Sobre o olhar do gestor público pode ser compreendida como um instrumento de controle e / ou possuir uma visão de combater a presença dos indesejáveis. Sob o olhar de arquitetos e geógrafos a mesma grade pode ser entendida como uma fronteira que pode estar operando como repelidora, uma barreira.

A grade pode oferecer diversos sentidos, porém este objeto possui uma grande controvérsia sobre o que seria o espaço público. A grade como um instrumento do controle ao direito de ir e vir, ela se mostra como o primeiro obstáculo aos espaços públicos urbanos.

Ainda nessa pesquisa procurarei analisar a relação entre os humanos (sujeitos) e os não humanos (grades). Em outras palavras, como se desenvolve a mediação entre os sujeitos e o mundo das coisas (mundo das técnicas), ou, como as coisas se comunicam com os sujeitos e como através dessa comunicação os corpos se comportam no espaço. Em *Petit leçons de sociologie des science*, Bruno Latour, nos oferece subsídios para refletirmos entre os sujeitos, as técnicas e o mundo das coisas.

Logo de início LATOUR, (1993, p.15) aponta que: “[...] *la technique se définit par La médiation des rapports entre les hommes d’une part, entre les hommes, les choses et les bêtes d’autre part*”.

No bojo dessa mediação existente entre coisas e humanos, nota-se que existe um nível de comunicação que orienta os sujeitos em como devem se apresentar, se comportar em um determinando espaço, o qual, segundo FREIRE (2016, p.98) “o recurso aos objetos para orientar a ação e a relação que os humanos tecem com não humanos é problematizado, em uma perspectiva pragmática, a partir da noção de dispositivo”.

Para compreendermos essa mediação entre sujeito e coisa, se faz necessário compreendermos a noção de dispositivo. Freire apresenta esta noção a partir da revista *Hermes, cognition communication*, no ano de 1999, no qual, esta aponta que:

...a noção de dispositivo parece oferecer a possibilidade de apreender a sociedade contemporânea na sua nova relação com os objetos, ou, ainda, que uma outra relação com o mundo material, dos objetos, é possível, não se assentando mais sobre uma instrumentalização ou uma alienação, mas sobre o contato, a experiência afetiva-corporal ou ainda o jogo (PEETERS E CHARLIER, 1997, p.17 *apud* FREIRE, 2016, p. 98).

Latour sinaliza a relação da vida cotidiana dessa sociedade dita contemporânea com as coisas, que na realidade a invasão das coisas e a elaboração de novas técnicas orientam não apenas o comportamento dos seres vivos no espaço, como também, orientam a circulação e usos desses espaços (1993).

Na realidade o que nos é apresentado é mediação entre os não humanos com os humanos, a inovação da técnica propiciando a invasão de novos objetos em nosso dia a dia. Ancorado em Latour, compreendemos então que os objetos vestem o papel de mediadores dos conflitos entre humano e humanos / humanos e animais, segundo o autor: “a crise é resolvida por ajustes técnicos que colocam um fim ao confronto através de um compromisso em que outros não humanos estão envolvidos” (LATOURE, 1993, p.17).

Pensando na perspectiva do espaço público urbano no qual a grade como um não humano produto da criatividade humana passa a assumir o papel de mediação entre o eu e os outros – entre sujeito e os sujeitos/personagens da trama urbana. Observa-se que a mediação entre sujeitos ↔ objetos não é feita de forma neutra, pois os não humanos nada mais são que a materialidade da consciência dos sujeitos.

Pensando estes objetos não humanos produzidos por humanos em contexto dos espaços públicos urbanos, a presença de grades em uma praça, pode ofertar diversas leituras, no qual este objeto pode ser entendido como um dispositivo de

regulamentação/orientação do comportamento dos atores nos espaços públicos; pois a presença do não humano poderia ter um sentido de orientar o usuário em seu ir e vir pelo espaço urbano, ao mesmo tempo os não humanos são (re)configurados – dotados de novos sentidos – de acordo com as novas necessidades/demandas dos sujeitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No caso em análise, pretendemos analisar em particular as transformações de um ambiente hospitaleiro para um ambiente inóspito para *flâneur*, porém acolhedor de novas atividades como, por exemplo, a prostituição. Procura-se compreender as relações entre hostilidade x hospitalidade dos espaços públicos campistas do ponto de vista de seus frequentadores.

Pensamos em comparar a Praça da República com a Praça Nilo Peçanha, pois essa análise nos permite refletir sobre a variedade de usos que podem ser produzido por grades e por esse motivo pretendo realizar uma comparação por contraste entre essas duas praças.

Compreender as consequências da migração dos grupos sociais marginalizados na Praça da República é assim o meio de compreender a desqualificação de uma área da cidade. Em outras palavras, trata-se de compreender a formação do que Park denominava de regiões morais. Mapear o conjunto de dinâmicas, como estamos realizando, parece-nos extremamente importante para compreender os ordenamentos morais e especiais da cidade.

## **REFERÊNCIAS**

ANGELIS, B.L.D. de & ANGELIS NETO, G. de. **Os elementos de desenho das praças de Maringá-PR**. Acta Scientiarum, v.22, p.1445-1454, 2000. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/307747234\\_Os\\_elementos\\_de\\_desenho\\_das\\_praças\\_de\\_Maringá-PR](https://www.researchgate.net/publication/307747234_Os_elementos_de_desenho_das_praças_de_Maringá-PR). Acesso em: 08 dez. 2018

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidades de muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Praça da República: um espaço de lazer no Centro de Campos**. 2013. Disponível em: [https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia =21491](https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia =21491). Acesso em: 25 fev. 2018.

CARVALHO, Waldir Pinto de. **Campos depois do Centenário V1**. 1991. <http://bibliotecavirtual.camaracampos.rj.gov.br/index.php/component/flippingbook/book/146?page=9>. Acesso em: 18 dez. 2018.

CARLIER, Louise. **L'hospitalité urbaine: une lecture croisée des approches de Park et Joseph**. In: *SociologieS*, Dossiers, HospitalitéS. L'urgence politique et l'appauvrissement des concepts, mis en ligne le 13 mars 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/sociologies/6840>

DE ANGELIS, Bruno L. D.; NETO, Generoso De Angelis; BARROS, Gabriela De Angelis; BARROS, Rafaela De Angelis. **Praças: histórias, usos e funções**. Maringá: Eduem, 2005.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a História dos Campos dos Goitacases**: desde os tempos colonias até a Proclamação da República. Edição comemorativa dos festejos do Santíssimo salvador. 1979. Editora Esquilo LTDA. Rio de Janeiro-RJ.

FREIRE, Jussara. **Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

JOSEPH, Isaac. **"Belém: paisagem, coisa pública"** In *Cadernos IPPUR*, Ano XVIII, nº 1 e 2, Jan-Dez 2004, pp. 41-90.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos**. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010. p. 11-163.

GRINOVER, Lucio. **A hospitalidade na perspectiva do espaço urbano**. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, ano VI, n. 1, p. 04-16, jan.-jun. 2009. <https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/download/214/284>

\_\_\_\_\_. **Nós, a cidade, a hospitalidade**. Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, 11(1), pp. 224-234, jan-mar, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i1p224>. <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/6990/pdf>

LATOUR, Bruno. *Petites leçons de sociologie des sciences*. Paris: La Découverte, 1993.

LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil**. In: XII Congresso brasileiro de Sociologia. *Anais* Belo Horizonte, 2005. p. 1 - 19.

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.

MORRIS, Charles W. (org). MEAD, George H. **Mente, selfie e sociedade**. (trad. Maria Sílvia Mourão). Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2010. Parte III p.151-246.

PAES, Sílvia Márcia da Silva. **Os impasses da revitalização da área Central da cidade de Campos dos Goytacazes**. 108f. Dissertação (Mestrado em

Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2006.

PARK, Robert Ezra. **A cidade como laboratório**. In: VALLADARES, Licia do Prado. *A sociologia urbana de Robert E. Park*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. p. 93-108.

PRYEN, Stéphanie. **A arte e a cultura a serviço do social nos territórios desqualificados: desafios, tensões e paradoxos**. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social Vol. 2 - no 5-6 - JUL/AGO/SET-OUT/NOV/DEZ 2010 - pp. 127-152.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: 1967. p.89 -112.

ZAGALO, Gonçalo. **Hospitalidade e soberania** – uma leitura de Jacques Derrida. Revista Filosófica de Coimbra. n. 30. 2006, p.307-323. Disponível em: [https://www.uc.pt/fluc/dfci/public\\_/publicacoes/hostilidadeesoberania](https://www.uc.pt/fluc/dfci/public_/publicacoes/hostilidadeesoberania)